

A COR DA POBREZA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS DESIGUALDADES RACIAIS E IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL.

Douglas Henrique de S. Xavier
Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: douglasxavier@econ.ufu.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo investigar a realidade da pobreza no Brasil, por meio da análise de sua composição, demonstrando a correlação existente entre ela e as características de cor ou raça da população, além de enfatizar o caráter desigual da distribuição da renda nacional, quando se refere a população em geral. Com base nessa demonstração o projeto pretende dar uma contribuição à reflexão acerca do caráter “justo” da implantação das ações afirmativas, além da sua eficiência no que diz respeito às correções das desigualdades raciais no Brasil.

A relevância do tema se deve ao caráter curioso da distribuição de renda no Brasil e do comportamento dos índices que revelam as verdadeiras condições de vida da sua população, tais como taxa de alfabetização, rendimento médio e indigência, sobretudo quando se observa com atenção as divisões segundo cor/raça.

Palavras chaves

pobreza; ações afirmativas; desigualdade; cor; raça.

INTRODUÇÃO

O Brasil convive com substanciais desigualdades socioeconômicas entre os diversos grupos da sociedade, que se dão de acordo com as regiões do país, sexo e cor dos seus habitantes, dentre outros aspectos.

Com base nisso, este artigo busca fazer um levantamento geral das características sociais e econômicas da população brasileira, ressaltando o caráter desproporcional de suas desigualdades, que não são coerentes com a composição da população.

Para isso, o foco será nos estudos que apresentam dados, os quais analisam variáveis ligadas a fatores que influem na qualidade de vida dos indivíduos, com relação aos seus diversos segmentos, de modo a ressaltar a desproporcionalidade existente, sobretudo quando são analisadas segundo o critério de raça/cor.

Além disso, será feito um estudo acerca de teorias e dados que tratam de políticas públicas, cujo objetivo é a diminuição dessas desigualdades que afetam segmentos da população.

O projeto é dividido em duas etapas. A primeira é uma apresentação de dados sobre a composição dos habitantes do Brasil, com destaque no que se refere à cor, mostrando a sua situação em relação a variáveis como: educação, emprego e renda com embasamento nos

resultados da PNAD¹, Censo demográfico, bem como em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da literatura existente sobre o tema.

A segunda etapa trata-se de uma discussão acerca do papel de políticas públicas, como ações afirmativas a exemplo das cotas raciais nas instituições de ensino superior no sentido de atenuar as desigualdades socioeconômicas existentes em nosso país que afetam, sobretudo, a população negra/parda.

A seleção do grupo para análise foi feita devido à importância que este possui na composição da população brasileira (tanto em número, quanto em segmentos como o mercado de trabalho) marcada por seu caráter bastante heterogêneo e economicamente desigual.

Além disso, em um contexto em que se observa a evolução dos níveis de renda da população em geral, como ocorre na atualidade, cabe verificar a situação que se encontra tais minorias, aqui estudadas, dentro desse movimento evolutivo, as quais são historicamente marcadas pela exclusão social e econômica.

Ademais, a discussão proposta é de grande valia ao traçar um panorama a respeito da característica da desigualdade social no Brasil revelando a importância do debate público acerca dos problemas enfrentados por determinados segmentos da sociedade.

CARACTERÍSTICAS DA POBREZA NO BRASIL

Para dar início a esse tópico é preciso definir o conceito de pobreza.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

(BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000. p 123)

Nesse sentido, caracterizaremos a pobreza como sendo a insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar per capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas (Barros, Henriques e Mendonça, 2000).

Renda média da ocupação principal por sexo, segundo raça/cor.

1

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse trabalho serão utilizados dados referente à pesquisa de 2007.

Brasil, 1996 e 2006

Cor/Raça e Sexo	Negros		Branços		Total	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Mulheres	340,8	383,4	718,3	742,1	561,9	577,0
Homens	570,9	583,3	1264,5	1181,1	962,2	885,6
Total	483,0	502,0	1044,2	986,5	804,4	754,2

Fonte: IBGE Pnad/microdados

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

A desproporcionalidade da pobreza no Brasil, em relação à composição da população sob o critério de raça ou cor exige uma investigação acerca de suas causas.

Outra questão apontada nos estudos recentes é a distribuição dos cargos de chefia no Brasil.

Segundo dados da PNAD 2007, aproximadamente 5% da PEA² (população economicamente ativa), ocupavam cargos de chefia² (dos que estavam trabalhando), dentre esses estavam 8,09% dos homens brancos, seguido de 5,91% das mulheres brancas. Em relação à população negra tais postos de trabalho caem para 2,66% entre os homens negros e 1,42% entre as mulheres da mesma cor/raça. O segmento de pardos possuem 2,92% e 2,38% dos homens e mulheres em cargos de chefia, respectivamente.

Esses estudos demonstram a disparidade presente no mercado de trabalho revelada pela pequena participação dos grupos de cor parda e preta em cargos classificados como de chefia, o que pode também apontar certa desigualdade em níveis de renda, se considerarmos que cargos de chefia possuem maiores remunerações que os demais.

O importante a ser observado é que a população feminina negra é ainda mais excluída da ocupação de tais postos de trabalho. Conforme a observação da distância percentual entre esse grupo de pessoas e o segmento de mulheres brancas da PEA.

A exclusão socioeconômica das mulheres negras é retratada por diversos autores:

Da população negra, aproximadamente a metade é composta e mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. São essas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação (..), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos por todas as dimensões da vida.(CARNEIRO, 2002. p 210).

A autora retrata a questão da dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras, as quais são vítimas do racismo e da exclusão social, de dupla forma, uma por ser mulher outra por ser negra.

A socióloga Márcia Lima situa as causas da desigualdade como sendo divisíveis em duas categorias, são elas as derivadas de diferenças de performances e as produzidas por desvantagens históricas:

² A PEA corresponde à proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade que estão trabalhando ou a procura de trabalho em determinado período.

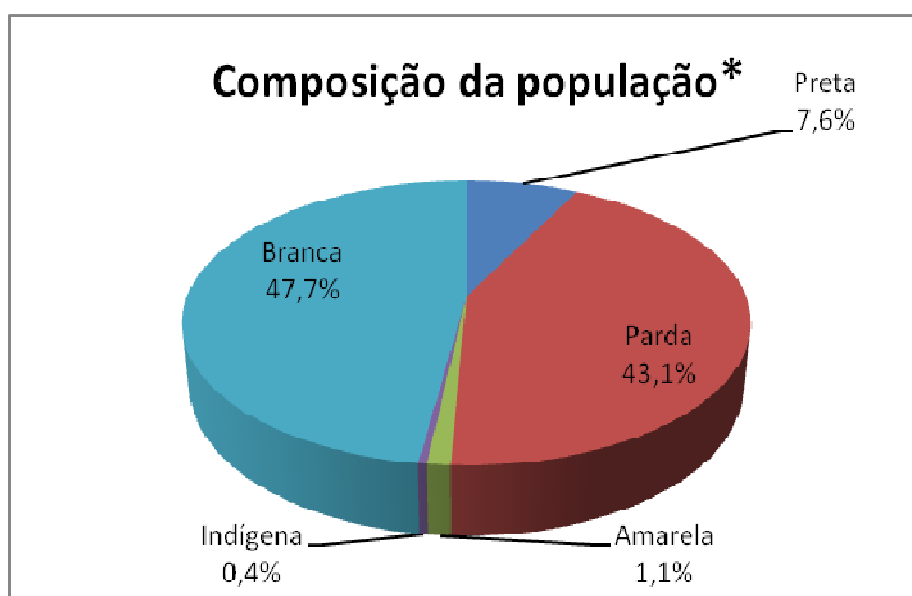
[...] as causas das desigualdades se relacionam com diferenças de desempenho e aquisição de recursos que geram diferenças nas recompensas. Há também as desigualdades substanciais (adscritas) que não se relacionam com as diferenças de performances, que são as desvantagens historicamente produzidas entre os grupos sociais tais como inscritas nas idéias de diferenças entre branco/negro, homem/mulher (LIMA. p.1)

Lima faz referência ao sociólogo norte-americano Charles Tilly³, o qual afirma que a desigualdade durável está muito mais ligada a persistência das desigualdades substantivas, já que elas não estão ligadas a diferenças de performances.

Nesse sentido, as questões da desigualdade racial no Brasil podem ser totalmente associadas às desvantagens historicamente construídas por séculos de escravidão negra e indígena e conseqüentemente, a exclusão social e econômica desses grupos.

A seguir, faremos a apresentação de alguns dados a respeito da composição da população, bem como da situação educacional, em relação à cor/raça.

É preciso dizer que os dados se baseiam no critério de autodeclaração, ou seja, na própria avaliação do entrevistado a respeito de sua classificação com referência em uma dos grupos definidos pelo IBGE.

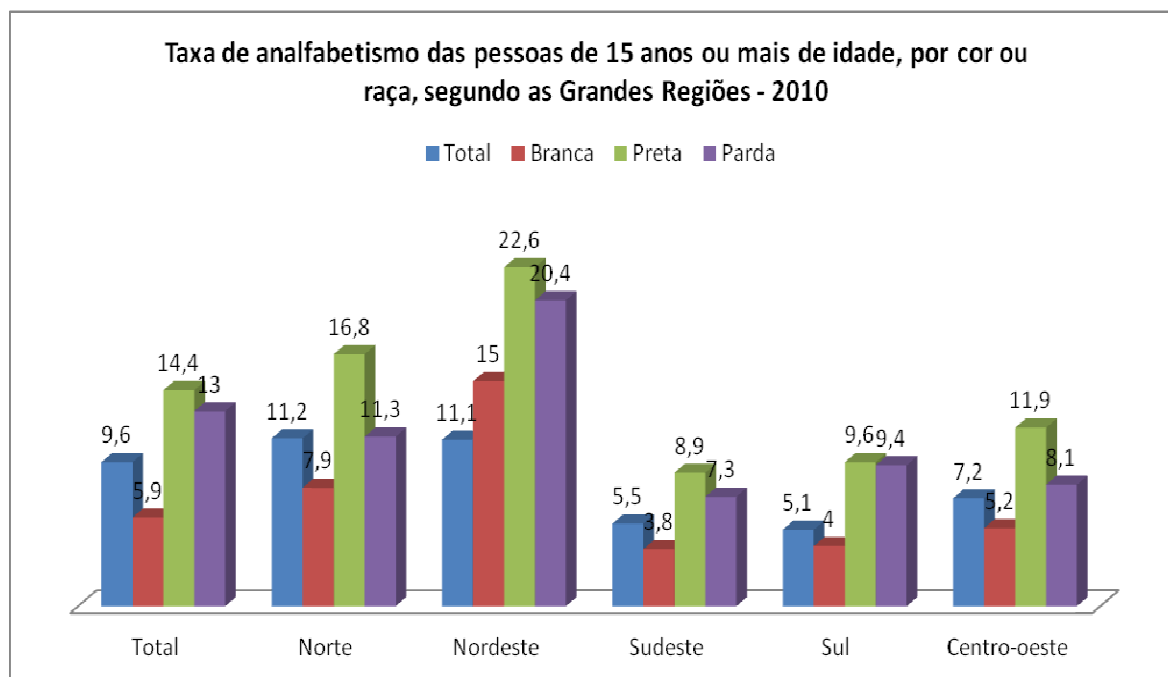


Elaboração própria, com base em dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

*Segundo o critério de autodeclaração adotado pelo IBGE.

O gráfico demonstra que grande parte da população brasileira figura entre os grupos denominados Pretos e Pardos (50,7). Esses mesmos grupos apresentam os piores indicadores sociais em relação à população branca, a exemplo do critério taxa de analfabetismo:

³ Tilly, Charles. Durable Inequality, 1999.

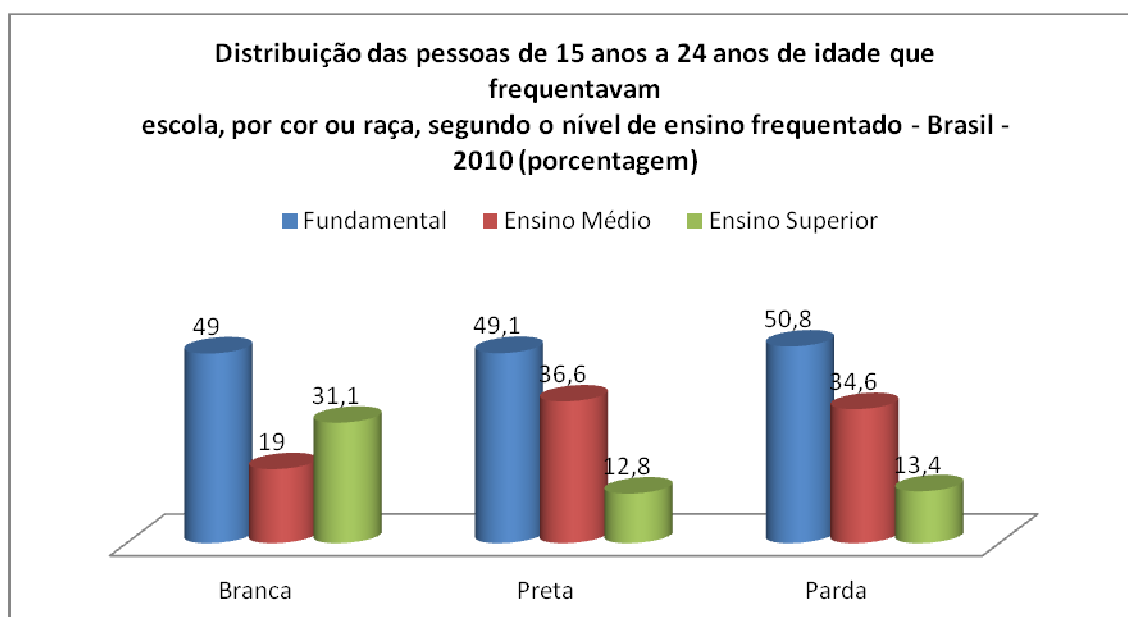


Elaboração própria, com base em dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

A partir do gráfico acima pode-se observar que os índices de analfabetismo atingem em maior dimensão as populações parda e negra em relação a branca. Além disso, fica clara a predominância de analfabetos nas regiões Norte e Nordeste do país em detrimento das demais regiões do país.

Tais dados demonstram a necessidade de pensarmos a questão das desigualdades raciais no Brasil. Desigualdades essas que afetam de modo diferente cada região do país, uma vez que existem substanciais divergências econômicas e sociais entre as mesmas.

A diferença no grau de escolaridade da população também se torna evidente com os resultados do Censo 2010:



Elaboração própria, com base em dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados acima demonstram que todos os segmentos analisados têm pouco acesso a educação superior, ao menos no que se refere à faixa etária em questão, entretanto a situação dos pardos e negros é ainda pior, o que pode significar um eficiente indicador do padrão de vida desses grupo.

IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Diante da situação até aqui apontada, sobretudo no que se refere à questão educacional da população “não-branca” brasileira, se torna necessária a discussão a respeito das políticas públicas para implantação de ações afirmativas, a exemplo das cotas raciais nas universidades.

No Brasil da atualidade, está em foco a questão das cotas raciais, entretanto essa constitui apenas uma modalidade das ações afirmativas. Para exemplificar podemos observar o caso dos Estados Unidos, país que instituiu políticas de promoção da igualdade racial desde a década de 1960. Nesse sentido, as ações foram direcionadas às empresas visando a inclusão dos chamados afro-americanos, por meio da ampliação de sua contratação, além das cotas nas universidades e até a obrigatoriedade da reserva de percentagens de participação de negros na mídia estadunidense.

Além dos Estados Unidos, vários países da Europa Ocidental, Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros, já praticaram ações afirmativas.

Diversos estudiosos discorrem sobre a necessidade e “justiça” da implantação de tais políticas direcionadas aos afrodescendentes.

Num país onde (...) os alunos brancos pobres e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e os outros são discriminados duas vezes pela condição racial e pela condição socioeconômica, as políticas ditas universais defendidas, sobretudo pelos intelectuais de esquerda não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra (Munanga, 2001. p 33).

Nesse trecho de seu estudo a autora explicita um argumento a favor das cotas, enfatizando a desigualdade existente entre os próprios estudantes pobres, quando se observa o critério de raça ou cor.

Munanga faz um paralelo com o caso dos Estados Unidos e de outros países que adotaram ações afirmativas, situando a substancial melhoria das condições de vida da população afrodescendente nesses países, sobretudo no primeiro, onde, segundo a autora, houve uma importante inclusão da população afro-americana na classe média.

Em seguida, o estudo apresenta uma resposta para a pergunta que é feita no Brasil: Por que cotas?

Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso, e de permanência neles, aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à “casta” branca da sociedade (Munanga, 2001. p 34).

João Feres Júnior aponta que as justificativas para a adoção de políticas públicas devem estar subordinadas aos parâmetros constitucionais da democracia liberal, a qual possui princípios valorativos básicos são eles a igualdade e o mérito.

O autor faz referência a Honnet⁴, o qual situa a implantação do capitalismo como um dos fatores responsáveis por uma redefinição do status social que consiste em uma substituição da valorização da posição social, do nascimento, do pertencimento ao grupo de status, pelo mérito individual como norma do prestígio social.

Já o princípio da igualdade, segundo Honnet, é legitimado por meio das leis do Estado Moderno.

Entretanto, o autor deixa claro que o princípio da igualdade sempre se estendeu sobre o do mérito, uma vez que o Estado de Bem-Estar Social, ligado a democracia liberal, procura garantir um mínimo de condições materiais, a fim de possibilitar a igualdade de oportunidades entre os indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto do decorrer do artigo demonstra-se que a desigualdade social no Brasil afeta em grande medida a população caracterizada como não-branca, o que se apresenta como um fenômeno histórico, em virtude de mais de três séculos de escravidão negra e uma abolição tardia, forçada e sem uma completa e planejada inserção dos libertos na sociedade.

Com isso, mostra-se a necessidade de implantação de ações afirmativas, as quais se colocam como uma maneira de o Estado cumprir a sua função de garantidor das igualdades de condições e oportunidades para a população em sua totalidade, visando à erradicação das desigualdades historicamente construídas, perpetuadas pela discriminação e exclusão social.

⁴ Ver Redistribution as Recognition: A Response to Nancy Fraser. In: Fraser, N.; Honneth, A. Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange. London: Verso, 2003.

BIBLIOGRAFIA

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, texto para discussão 807, 2001.

JÚNIOR, João Feres. **Ação Afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas**. Rio de Janeiro: Econômica, v. 6, n. 2, p. 291-312, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Goiânia: Revista Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez, 2001, p. 31-43.

Documentos publicados na internet

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm

Acesso em 10/09/2012

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Síntese de indicadores sociais**. Disponível em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm Acesso em 08/09/2012

LIMA, Márcia. **Estratificação Social, Mercado De Trabalho, Desigualdades**

Raciais: Uma Introdução. Disponível em <http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Default.aspx?idPagina=23021> Acesso em 12/09/2012

UNIFEM, IPEA, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, setembro de 2008. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=98 Acesso em 14/09/2012

